



BALANÇO GERAL

EXERCÍCIO 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ AÇU

Av. Três Poderes, 738, Centro

Tomé Açu –PA – CEP.: 68.680-000

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

Normatização

Em atendimento a Legislação vigente, em especial a Lei Municipal 1.920/2007, artigos 75 a 82 da Lei 4.320/64, Decreto Lei nº 200/67, artigos 37, 42, 74 e 165 da Constituição Federal de 1988 e Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (LC nº 084/2012); e demais legislações correlatas, apresentamos o Relatório de Controle Interno, elaborado com observação aos Relatórios Setorizados emitidos para o Controle Interno da Administração Pública Municipal, o qual encaminhamos ao Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Qualificação do Responsável pelo Controle Interno

CONTROLADOR	
Nome: Márcia Maria Nascimento Dahas	
CPF: 160.463.768-40	RG: 5328654-SSP-PA
Endereço: Rua do Comercio,	
Bairro: Centro	CEP: 68680-000
Cidade: Tomé Açu	Estado: Pará
Telefone: (91) 99149-0033	e-mail: marcia.dahas@yahoo.com.br
Período de responsabilidade: Data do Início: 01/01/2017	
Servidor ocupante de cargo efetivo?	() SIM (X) NÃO
Nome do cargo ocupado: Auditor Geral CPC-DAS-08	
Ato de nomeação: Decreto de 02/01/2017	
Data da nomeação no cargo: 02/01/2017	

Abordagem do Relatório

O relatório consiste no controle da execução orçamentária, patrimonial, financeira e operacional e outros necessários ao acompanhamento efetivo da Administração Pública Municipal em seus mais diversos níveis, o qual entre eles contemplarão a verificação de:

1. Créditos Orçamentários e Adicionais;
2. Situação Financeira;
3. Receita;
4. Despesa;
5. Apuração dos índices em pessoal do Poder Executivo;
6. Aplicação dos índices em Saúde;
7. Aplicação dos índices em Educação;
8. Bens Patrimoniais;
9. Verificação das Licitações, Dispensas, Inexigibilidades, Contratos e Convênios;
10. Obras e Reformas;
11. Aplicação dos Recursos do FUNDEB;
12. Adiantamentos Concedidos;
13. Veículos;
14. Outras informações necessárias;

A execução do orçamento do exercício de 2019, bem como os demais eventos contábeis, foram realizados em consonância com as Normas e Princípios de Contabilidade Pública e o conteúdo constante do presente relatório consiste no atendimento a legislação vigente, como suporte documental analítico de posse do setor de Controle Interno, que terão os seguintes objetivos:

1. Garantir a veracidade das informações e relatórios contábeis financeiros e operacionais;
2. Prevenir erros e irregularidades e, em caso de ocorrência destes, possibilitar descobri-los o mais rapidamente possível;
3. Localizar erros e desperdícios promovendo ao mesmo tempo a uniformidade e a correção ao registrarem-se as operações;
4. Salvar os ativos e, de modo geral, obter-se um controle eficiente sobre todos os aspectos operacionais da entidade.

1. Controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial

1.1. ORÇAMENTO DE 2019

Especificação da Receita	Orçada R\$	Executada R\$	%
Receita Orçamentaria	R\$ 226.824.035,51	R\$ 149.280.416,41	65,81%
Receita Corrente	R\$ 154.997.065,61	R\$ 148.362.533,46	95,72%
Receitas Tributárias	R\$ 13.388.497,50	R\$ 8.144.384,69	60,83%
Impostos	R\$ 11.757.900,00	R\$ 7.374.631,07	62,72%
Taxas	R\$ 1.630.597,50	R\$ 769.753,62	47,21%
Receita de Contribuições	R\$ 678.037,50	R\$ 395.709,14	58,36%
Contrib.p/Custeo do Serv. De Iluminação Pública	R\$ 678.037,50	R\$ 395.709,14	58,36%
Receita Patrimonial	R\$ 2.166.622,50	R\$ 164.829,81	7,61%
Exploração do Patrimônio. Imobiliário do Estado	R\$ 82.585,00	R\$ 2.400,00	2,94%
Receitas de Valores Imobiliários	R\$ 2.085.037,50	R\$ 162.429,81	6,22%
Receita de Serviços	R\$ 2.961.315,00	R\$ 2.177.860,29	73,54%
Serv. Adm. e Comerciais Gerais	R\$ 2.961.315,00	R\$ 2.177.860,29	73,54%
Transferências Correntes	R\$ 135.707.778,11	R\$ 137.477.540,59	101,30%
Transferências da União e suas Entidades	R\$ 75.952.994,25	R\$ 83.290.635,07	109,36%
Transferências dos Estados do Dist.Federal e suas ...	R\$ 12.620.246,06	R\$ 13.169.734,71	104,35%
Transferências de Outras Inst. Públicas	R\$ 47.134.537,80	R\$ 40.657.663,44	86,26%
Transferência do Exterior		R\$ 359.507,37	
Outras Receitas Correntes	R\$ 94.815,00	R\$ 2.208,94	2,33%
Multa e juros de mora	R\$ 55.125,00	R\$ 1.274,22	2,31%
Receita da Dívida Ativa			
Demais Receitas Correntes	R\$ 39.690,00	934,72	2,36%
Receitas de Capital	R\$ 71.826.969,90	R\$ 917.882,95	1,28%
Transferências de Capital	R\$ 71.826.969,90	R\$ 917.882,95	1,28%
Transferências da União e suas Entidades	R\$ 66.628.682,40	R\$ 917.882,95	1,38%
Transferências dos Estados e Dist. Federal	R\$ 5.198.287,50		0,00%
TOTAL	R\$ 226.824.035,51	R\$ 149.280.416,41	65,81%

Para o exercício financeiro do ano de 2019 a Receita foi estimada e a despesa fixada, pela Lei Municipal nº 2.144/2018, no valor de R\$ 226.824.035,51 (Duzentos e vinte e seis milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, trinta e cinco reais e cinquenta e um centavos), assim compostas:

- Receitas Correntes: R\$ 154.997.065,61 (Cento e cinquenta e quatro milhões, novecentos e noventa e sete mil, sessenta e cinco reais e sessenta e um centavos);
- Receitas de Capital: R\$ 71.826.969,90 (Setenta e um milhões, Oitocentos e vinte e seis mil, novecentos e sessenta e nove reais e noventa centavos)

Demonstrativo das Receitas por Fonte de Recurso

FONTE	RECURSO	VALOR LÍQUIDO
10010000	Recurso ordinário	34.258.111,80
11110000	Receita de Imp. e Transf.	4.541.309,80
11120000	Transf. do FUNDEB 60%	4.433.680,90
11130000	Transf. do FUNDEB 40%	16.274.933,13
11140000	Transf. do FUNDEB 60% C	20.214.724,37
11150000	Transf. do FUNDEB 40% C	13.476.482,96
11180040	Transf. FUNDEF/FUNDEB comp	288.099,60
11180060	Transf. FUNDEF/FUNDEB comp	432.149,40
11200000	Transf. do Salário-Educ.	2.079.716,41
11210000	Transf. de Recurso do PDDE	96,80
11220000	Transf. de Recurso do PN	2.569.343,59
11230000	Transf. de Recurso do P	1.182.292,94
11240000	Outras Transf. do FNDE	4.188,52
11250000	Transf. de Convênio à E	684.909,62
11400000	Royalty do Petróleo à Educação	320.741,40
11900000	Outros Recursos vinculados à	1.178.855,54
12110000	.Receita de Imposto e Transf.	7.395.727,79
12120000	Transf. SUS de Governo	2,85
12130000	Transf. SUS de Governo	493.045,28
12140000	Transf. SUS bloco de custeio	14.401.742,35
12150000	Transf. SUS bloco de in	13.290,02
12200000	Tranf. de Convênio à Saude	139.386,69
12400000	Royalty do Petróleo à Saude	106.913,85
12900000	Outros Recursos vinculados à	359.507,37
13110000	Transf. de Recursos do FNAS	1.680.701,23
13120000	Transf. de Convênio à A	18.000,43
13900000	Outros Recursos à Assistência	33.153,68
15100000	Outros Convênio da União	261.380,99
15500000	Transf. União Royalties Rec	418.568,47
15800000	Transf. Estado Cota-Parte ICM	119.609,51
16100000	CIDE	52.672,04
16200000	Contribuição de Iluminação Pub	395.709,14
19900000	Outras Destinações Vinculadas	1.451.307,94
	TOTAL GERAL	149.280.416,41

Despesa Fixada para o exercício:

A despesa fixada para o exercício no mesmo valor da receita sendo:

- Despesas Correntes: R\$ 140.960.182,00 (Cento e quarenta milhões, novecentos e sessenta mil, cento e oitenta e dois reais e setenta centavos);

- Despesas Capital: R\$ 84.024.567,85 (Oitenta e quatro milhões, vinte e quatro mil, quinhentos e sessenta e sete reais e oitenta e cinco centavos);
- Reserva de Contingência na ordem de R\$ 1.839.284,96 (Hum milhão, oitocentos e trinta e nove mil, duzentos e oitenta e quatro reais e noventa e seis centavos).

1.1.1. ANÁLISE DA RECEITA EXECUTADA EM RELAÇÃO A PREVISTA NA LDO/2019.

A Receita total prevista na LDO no exercício de 2019 foi de R\$ **226.824.035,51** (Duzentos e vinte e seis milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, trinta e cinco reais e cinquenta e um centavos). Sendo que durante o exercício até o 3º Quadrimestre foram realizadas apenas a receita de R\$ **149.280.416,41** (Cento e quarenta e nove milhões, duzentos e oitenta mil, quatrocentos e dezesseis reais e quarenta e um centavos), logo se constata uma frustração de receita da ordem de R\$ **77.543.619,10** (Setenta e sete milhões, quinhentos e quarenta e três mil, seiscentos e dezenove reais e dez centavos), a referida frustração de receita em relação à previsão constante da LDO, deve-se à não realização de receitas de convênios previstos na LDO e a queda da economia no país, fazendo assim o recolhimento a menor dos impostos.

Tabela 1: ANÁLISE DA RECEITA EXECUTADA EM RELAÇÃO A PREVISTA NA LDO/2019

Período	Prevista na LDO	Colunas1	Diferença
2019	R\$ 226.824.035,51	R\$ 149.280.416,41	-R\$ 77.543.619,10

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1.2. REALIZAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA.

1.1.2.1. COMPARATIVO DA DESPESA EMPENHADA COM A RECEITA ARRECADADA.

A Despesa Orçamentária liquidada acumulada no Exercício de 2019 até o 3º Quadrimestre foi de R\$ 149.651.743,14 (Cento e quarenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, setecentos e quarenta e três reais e quatorze centavos) que gera obrigação de pagamento, confrontada com a receita arrecadada acumulada no Exercício que é da ordem de R\$ 149.280.416,41 (Cento e quarenta e nove milhões, duzentos e oitenta mil, quatrocentos e dezesseis reais e quarenta e um centavos).

Tabela 2 COMPARATIVO DA DESPESA EMPENHADA COM A RECEITA ARRECADADA

RECEITAS X DESPESAS NO EXERCÍCIO 2019

Receita Arrecadada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Paga	À Pagar
R\$ 149.280.416,41	R\$ 152.891.296,45	R\$ 149.651.743,14	R\$ 35.658.334,10	R\$ 3.239.553,31

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1.2.2. RESULTADO PRIMÁRIO (LRF ART. 53, III).

A Receita primária é da ordem de R\$ 149.117.986,60 (Cento e quarenta e nove milhões, cento e dezesseis mil, novecentos e oitenta e seis reais e sessenta centavos), confrontando este valor com o total das despesas primárias do governo no valor de R\$ 144.379.270,49, demonstrou-se um resultado primário da ordem de R\$ 4.738.716,11, demonstrando uma economia financeira para pagamento da dívida pública do governo.

1.1.2.3. COMPARATIVO DA DESPESA FIXADA COM A REALIZADA

Com base na análise do quadro anterior, verificamos que até o 3º Quadrimestre em epígrafe, foi executado (empenhado) o equivalente a 65,81% do total do orçamento.

DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR UNIDADE

Órgão-Elemento	Fixada	Empenhada	%
Câmara Municipal	3.360.599,59	2.863.489,02	1,87
Administração	21.807.519,58	22.416.566,10	14,66
Segurança Pública	25.305,00	18.967,63	0,01
Assistência Social	6.407.939,45	5.142.978,76	3,36
Saúde	34.650.306,57	27.235.137,94	17,81
Educação	113.163.375,69	86.781.453,93	56,76
Cultura	152.795,00	61.911,59	0,04
Direitos da Cidadania	85.942,90	23.604,67	0,02
Urbanismo	10.408.783,32	2.023.955,55	1,32
Habitação	15.722.950,45	40.019,07	0,03
Saneamento	3.394.812,50	1.863.897,41	1,22
Gestão Ambiental	2.261.007,00		
Agricultura	2.401.917,00	319.084,52	0,21
Comércio e Serviços	779.794,00	630.937,9	0,41
Comunicações	105.000,00	5.706,25	0,00
Energia	1.141.455,00	660,73	0,00
Transporte	4.654.062,50	226,50	0,00
Desporto e Lazer	2.198.910,00	10.550,00	0,01
Encargos Especiais	2.263.275,00	3.452.148,91	2,26%
Reserva de Contingência	1.839.284,96	0,00	0%

TOTAL	226.824.035,51	152.891.296,45	
-------	----------------	----------------	--

1.1.3. CONTROLE DA DESPESA.

O planejamento governamental é de responsabilidade institucional da Prefeitura Municipal e tem como objetivo principal controlar os programas e projetos, em consonância com as diretrizes do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), com acompanhamento da execução orçamentária através da avaliação periódica por este Órgão de Controle Interno.

Quanto ao acompanhamento das metas propostas no Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual – LOA, verificou-se que algumas foram executadas em 2018, enquanto outras não foram realizadas no exercício corrente.

1.1.4. DA ABERTURA DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIO.

Durante o Exercício de 2019 até o 3º Quadrimestre, foram abertos Créditos Orçamentários no montante de R\$ 58.853.120,00 (Cinquenta e oito milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, cento e vinte reais) conforme Atos abaixo especificados:

Decreto	Lei	Data	Total Cr. Supl	Total
00001/19	00002/18	02/01/2019	1.202.700,00	1.202.700,00
00002/19	00002/18	02/01/2019	451.050,00	451.050,00
00003/19	00002/18	02/01/2019	112.900,00	112.900,00
00004/19	00002/18	01/02/2019	333.750,00	333.750,00
00005/19	00002/18	01/02/2019	348.600,00	348.600,00
00006/19	00002/18	01/03/2019	1.801.600,00	1.808.600,00
00007/19	00002/18	01/03/2019	395.350,00	395.350,00
00008/19	00002/18	01/03/2019	108.150,00	108.150,00
00009/19	00002/18	01/04/2019	1.342.150,00	1.342.150,00
00010/19	00002/18	01/04/2019	153.750,00	153.750,00
00011/19	00002/18	01/04/2019	242.400,00	242.400,00
00012/19	00002/18	01/05/2019	3.006.500,00	3.006.500,00
00013/19	00002/18	02/05/2019	61.150,00	61.150,00
00014/19	00002/18	03/06/2019	3.991.400,00	3.991.400,00
00015/19	00002/18	01/07/2019	3.190.000,00	3.190.000,00
00016/19	00002/18	01/07/2019	2.534.500,00	2.534.500,00
00017/19	00002/18	01/07/2019	71.370,00	71.370,00
00018/19	00002/18	01/08/2019	3.802.100,00	3.802.100,00
00019/19	00002/18	01/08/2019	564.200,00	564.200,00
00020/19	00002/18	01/08/2019	236.900,00	236.900,00
00021/19	00002/18	02/09/2019	4.037.200,00	4.037.200,00
00022/19	00002/18	02/09/2019	2.385.400,00	2.385.400,00
00023/19	00002/18	02/09/2019	173.400,00	173.400,00
00024/19	00002/18	01/10/2019	7.755.150,00	7.755.150,00
00025/19	00002/18	01/10/2019	2.736.250,00	2.736.250,00
00027/19	00002/18	01/11/2019	17.815.050,00	17.815.050,00
TOTAIS			58.853.120,00	58.853.120,00

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS-RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Tabela 2
ABERTURA DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIO

1.1.5. CONTROLE FINANCEIRO.

Resumo das Atividades Realizadas:

- Os pagamentos são feitos exclusivamente, por transferência eletrônica;
- Os pagamentos por meio eletrônico são devidamente comprovados;
- Antes de se efetuar, o empenho é conferido para liquidação e autorização;
- Os recursos financeiros destinados a Câmara Municipal são contabilizados como Transferências a Unidades Gestoras Externas;
- Os documentos das despesas são arquivados separadamente, por conta corrente e movimentação financeira;

1.1.6 DOS RESTOS À PAGAR

Quanto aos restos à pagar, verificou-se o seguinte: o balancete da despesa emitido pela contabilidade revela que o valor inscrito em restos a pagar processados no período é de **R\$ 4.748.275,87** (Quatro milhões, setecentos e quarenta e oito mil, duzentos e setenta e cinco mil, oitenta e sete centavos)

1.1.7 DÍVIDA ATIVA

Quanto à dívida ativa, apresentamos a situação no quadro a seguir, com valores nominais:

Descrição	Valor R\$
IPTU	2.999.443,32
ITBI	5.009,98
ISS	308.614,10
TAXAS	112.727,28
ALVARÁ	76.194,98
TOTAL	3.501.989,66

Fonte: Secretaria de Finanças/Dep. De Tributos

2. GESTÃO DA SAÚDE

Tabela 5 - Saúde

2.1. O DEMONSTRATIVO ABAIXO, EVIDENCIA A APLICAÇÃO DOS RECURSOS EM SAÚDE:

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Até o Bimestre	% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos	8.849.897,69	15%	18,41%	

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Nota: Foi considerada despesa com saúde as despesas empenhadas, que geram obrigação de pagamento, conforme determinação legal aplicado ao caso concreto.

A Receita da Base de Cálculo, acumulada no Exercício de 2019 até o 3º Quadrimestre foi de R\$ 49.304.842,36, sendo este base de cálculo para apuração do valor mínimo (15%) a ser aplicado em Saúde no período avaliado, para acompanhamento e controle. O valor aplicado foi de R\$ 8.849.897,69 correspondente a **18,41%**. Assim, ultrapassando o valor de R\$ 2.383.965,97 do valor mínimo estabelecido pelo mandamento constitucional exigido.

2.2. GASTOS MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – (ART. 212 C.F).

O demonstrativo abaixo mostra em detalhes a aplicação dos recursos com a manutenção e desenvolvimento do Ensino:

Tabela 3 MDE

		Aplicar no Exercício
Receitas MDE	R\$ 51.709.398,04	
GASTO COM MDE	R\$ 74.183.331,41	
DEDUÇÕES	R\$ 59.104.482,41	
DESPESA PARA FINS DE LIMITE	R\$ 15.078.849,00	
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE		29,16%

FONTE:

SECRETARIA DE FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Receita da Base de Cálculo acumulada no Exercício de 2019 até o 3º Quadrimestre é da ordem R\$ 51.709.398,04, este base de cálculo para apuração do valor mínimo (25%) a ser aplicado em educação. O valor aplicado no período em epígrafe foi do montante de R\$ 15.078.849,00, correspondendo ao percentual de 29,16%, ficando o valor pouco acima do mínimo estabelecido pelo mandamento Constitucional.

2.3 APLICAÇÃO DO RECURSO DO FUNDEB

Demonstrativo dos valores repassados e retornados do FUNDEB e despesas pagas com o respectivo recurso, estão assim detalhados:

Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério	72.645.601,54	60%	60,24
Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério	32.271.621,27	40%	36,47
Máximo de 5% não Aplicado no Exercício	0,00	5%	3,29

Tabela 4 Fundeb

NOTA EXPLICATIVA: Consideramos para efeito de aplicação no FUNDEB os valores liquidados que geram obrigação de pagamento de acordo com a legislação pertinente à matéria.

No Exercício de 2019, o montante foi aplicado na remuneração do magistério público foi o equivalente a 60,24%, Obedecendo o índice exigido pela legislação.

3. CONTROLE DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO.

Tabela Pessoal

Receita Corrente Líquida	Quadrimestre	Desp. Líquida R\$	%
137.339.016,53	1º Quad/2019	89.488.656,70	65,16
140.740.865,68	2º Quad/2019	91.743.454,66	65,20
148.362.533,46	3º Quad/2019	92.970.343,13	62,66

Com base na tabela acima, verifica-se que o percentual aplicados em pessoal, o Exercício de 2019 até o 3º Quadrimestre, foi de 62,66%, ficando acima do limite prudencial (51,30%), e acima também do limite legal (54%). Assim observamos que os resultados demonstram não cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto aos limites estabelecidos. Dessa forma, foi orientado que se enquadre nos percentuais previstos em Lei.

4. TRANSFERÊNCIAS DA QUOTA CONSTITUCIONAL À CÂMARA MUNICIPAL.

Foi repassado a título de transferência à Câmara Municipal no 2º Exercício de 2019, o montante de **R\$ 3.284.845,20** (Três milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e vinte centavos)

Constatou-se que os valores repassados estão sendo feitos dentro do limite legal permitido, com fulcro no art. 29-A, da CF/88.

5. CONTROLE DA FROTA

A Prefeitura Municipal dispõe de Sistema de Controle de frota, em que as despesas são lançadas a cada aquisição de produtos ou serviços para a frota municipal de veículos e máquinas. No entanto, dada a realização de inventário, o qual é muito extenso está à disposição no setor de patrimônio.

6. CONTROLE DE PATRIMÔNIO

Conforme documentos do setor de patrimônio, os bens patrimoniais estão cadastrados através de inventário, o qual está à disposição no departamento. Mas é necessário uma atualização no inventário e adequação no registro de tombamento e atualizar os valores dos bens, conforme o mercado e considerando as depreciações.

7. OBRAS E REFORMAS:

Para atender as demandas do município a Prefeitura Municipal contratou através de processos licitatórios, conforme abaixo relacionado:

PROCESSO	MODALIDADE	EMPRESA	OBJETO	VALOR R\$
1/2019-1103001	CONVITE	CONSTRUTORA RIBEIRO E GONÇALVES LTDA	CONCLUSÃO DA OBRA DE CONST. DO BANHEIRO	314.836,81

			PÚBLICO –FEIRA LIVRE	
1/2019-0804001	CONVITE	CONSTRUTORA RIBEIRO E GONÇALVES LTDA	CONST. NOVA COBERTURA DO PRÉDIO ADM. DA PMTA	40.019,04
1/2019-2905001	CONVITE	A M M MUNIZ CONSTRUÇÕES EIRELI	CONST. DO MURO DO ESC.MUNIC. RAIMUNDO SAMPAIO E REFORMA DO PRÉDIO DA ESC. MARIA CLARICE	291.592,46

8. LICITAÇÕES:

Conforme relação de Processos de Compra e Contratos cedidos pela Coordenadoria de Licitação, referente ao exercício de 2019 até o 3ª Quadrimestre, foram realizadas licitações pela Comissão Permanente de Licitação, devidamente registradas no sistema eletrônico Portal dos Jurisdicionados do TCM/PA nas modalidades **Inexigibilidade, Dispensa Sem licitação, Carta Convite, Pregão Presencial e Carona**, abaixo discriminados. Por ser um relatório extenso, o mesmo está disponível para consulta no Departamento.

MODALIDADE	VALOR R\$
Dispensa PF	794.076,57
Dispensa PJ	1.784.297,00
Convite	808.948,31
Carona	9.585.929,43
Inexigibilidade	2.686.776,33
Pregão	63.135.573,50

9. Publicação Legal dos Relatórios Fiscais

O **RREO** – Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o **RGF** – Relatório de Gestão Fiscal, bem como os atos administrativos praticados, constatamos que foram legalmente publicados e obedecem à legislação pertinente.

10. Da Contabilidade

A contabilidade encontra-se em conformidade com a legislação vigente do país, registrando adequadamente a situação financeira e orçamentária.

Síntese das avaliações

Procedimentos Realizados	Avaliação
---------------------------------	------------------

Planos e Políticas de Governo	-
Cumprimento das Metas contidas no Plano Plurianual	REGULAR
Eficácia da aplicação das políticas de governo	REGULAR
Estimativas da receita em bases conservadoras	REGULAR
Adequação da LOA ao PPA e a LDO	-
Diretrizes contidas na LDO	REGULAR
Ações e programas do PPA previstos para o período	REGULAR
Execução Orçamentária	-
Realização da Receita e renúncia fiscal	REGULAR
Medidas para cobrança da Dívida Ativa	IREGULAR
Programação financeira e congelamento de dotações	REGULAR
Publicidades do RREO	REGULAR
Mensuração de Ativos e Passivos	-
Créditos e Obrigações	REGULAR
Alterações Orçamentárias	-
Créditos Suplementares	REGULAR
Créditos Especiais	REGULAR
Subvenções Sociais Concedidas	-
Propriedade na concessão – Interesse público	REGULAR
Aplicação dos recursos – Prestações de Contas	REGULAR
Convênios e Auxílios recebidos	-
Aplicação dos recursos – Prestações de Contas	REGULAR
Obras e Serviços de Engenharia em andamento	-
Procedimento licitatório e contrato	REGULAR
Entrega do objeto do contrato	REGULAR
Obras e Serviços de Engenharia concluídos no exercício	-
Procedimento licitatório e contrato	REGULAR
Entrega do objeto do contrato	REGULAR
Compras e Serviços	-
Procedimentos Licitatórios	REGULAR
Dispensas de Licitação	REGULAR
Contratos e Aditivos	REGULAR
Entrega do Objeto do Contrato	REGULAR

Conselho de Controle Social do FUNDEB	-
Composição	REGULAR
Funcionamento – regularidade das reuniões	REGULAR
Qualidade das Informações prestadas pela Administração	REGULAR
Parecer do Conselho sobre as contas do 3º Quadrimestre de 2019	REGULAR
Conselho Municipal de saúde	-
Composição (Número de membros e representação)	REGULAR
Funcionamento – regularidade das reuniões	REGULAR
Qualidade das Informações prestadas pela Administração	REGULAR
Parecer do Conselho sobre as contas do 3º Quadrimestre de 2019	REGULAR
Conselho Municipal de Assistência Social	-
Composição (Número de membros e representação)	REGULAR
Funcionamento – regularidade das reuniões	REGULAR
Qualidade das Informações prestadas pela Administração	REGULAR
Parecer do Conselho sobre as contas do 3º Quadrimestre de 2019	IREGULAR
Conselho de Alimentação Escolar – CAE	-
Composição (Número de membros e representação)	REGULAR
Funcionamento – regularidade das reuniões	REGULAR
Qualidade das Informações prestadas pela Administração	REGULAR
Parecer do Conselho sobre as contas do 3º Quadrimestre de 2019	REGULAR
Gastos com Pessoal do Poder Executivo	-
Apropriação contábil da Despesa	REGULAR
Limite de Gastos	IREGULAR
Publicidade do RGF	REGULAR
Dívida Consolidada	-

Apropriação contábil da Dívida	REGULAR
Limite da Dívida Consolidada	REGULAR
Publicidade do RGF	REGULAR
Limites Constitucionais	-
Efetividade das Despesas com o Ensino Fundamental	REGULAR
Aplicação no magistério	REGULAR
Efetividade das Despesas com a Saúde	REGULAR
CND Conjunta – INSS e PGFN	IRREGULAR
Fidelidade dos dados enviados ao Tribunal em relação aos registros da:	-
- Contabilidade (Orçamentária, Financeira e Patrimonial)	REGULAR
- Diário da Contabilidade	REGULAR
- Arrecadação e o Diário de Arrecadação	REGULAR
- Tesouraria e o Diário de Tesouraria	REGULAR
- Licitações e Contratos	REGULAR
- Obras públicas	REGULAR
- Convênios e Auxílios Recebidos	REGULAR
- Subvenções e Auxílios Concedidos	REGULAR
- Lei de Responsabilidade Fiscal	REGULAR
- Informações Anuais	REGULAR
- Bens Patrimoniais em relação ao inventário	IREGULAR

11 – Conselho de Controle Social do FUNDEB:

A Secretaria Municipal de Educação encaminhou a prestação de contas ao Conselho municipal do FUNDEB, qual analisou toda a documentação e apreciou a prestação de contas do período, dessa forma também emitiu parecer sobre as contas do 3º quadrimestre de 2019, viabilizando o envio desse parecer ao TCM, através do SPE;

12 – Conselho de saúde:

O Fundo Municipal de Saúde encaminhou a prestação de contas ao Conselho municipal de Saúde, o qual analisou e emitiu o parecer favorável sobre as contas do 3º quadrimestre de 2019, viabilizando o envio desse parecer ao TCM;

13 – Conselho de Assistência Social:

O Fundo Municipal de Assistência Social encaminhou a prestação de contas ao Conselho municipal de Saúde, o qual analisou toda a documentação e apreciou a referida prestação de contas, dessa forma também emitiu parecer sobre as contas do 3º quadrimestre de 2019, viabilizando o envio desse parecer ao TCM;

14 - Notas Explicativas, considerações relevantes e medidas recomendadas

Recomendação: 001/2019 - O Controle interno, detectou a falta de obediência na ordem cronológica dos pagamentos, como providência, orientou a secretaria de finanças quanto a esta obrigatoriedade.

Recomendação: 002/2019 - Verificamos que os recursos gastos com a saúde no município no 1º Quadrimestre de 2019, ficaram em 8,37% (oito virgula, trinta e sete por cento), e no 2º Quadrimestre de 2019, ficaram em 14,60% (quatorze virgula, sessenta por cento) ou seja, abaixo do mínimo que determina a lei, que é de 15% (quinze por cento). Foi orientado a gestora municipal, juntamente com a secretária de Saúde e de finanças a fazer as adequações para os próximos períodos.

Recomendação: 003/2019 – No que tange aos condicionantes legais, constatou-se que quase todos foram cumpridos, excetuando-se quanto o limite máximo de gastos com pessoal durante todo o exercício de 2017, 2018 e 2019, ficando muito acima do limite estabelecido por lei. Foi orientando à gestão que se tomasse as medidas necessárias, para se adequar aos percentuais exigidos por lei.

Recomendação: 004/2019 – Em relação ao controle do patrimônio municipal, foi criada a Comissão permanente de inventário, o controle interno vem orientando o mesmo e acompanhando o tombamento dos bens patrimoniais e a adequação às exigências legais.

Recomendação: 005/2019 – Verificamos que os recursos gastos com a Educação no município no 2º Quadrimestre de 2019, ficaram em 16,35% (dezesseis virgula trinta e cinco por cento), bem abaixo do mínimo que determina a lei, que é de 25% (vinte e cinco por cento). Foi orientado a gestora municipal, a secretária de Educação e de finanças, fazer as adequações para o próximo período.

Recomendação: 006/2019 – Foi orientado ao gabinete da prefeita e demais secretarias que providenciasse o processo licitatório de compras de passagens aérea, para atender as suas demandas.

É o parecer e relatório.

15 - Conclusão

No Exercício de 2019, pela documentação analisada, pelos procedimentos operacionais que acompanhamos e com base nos relatórios simplificados que recebemos de cada setor, foram feitas algumas recomendações ao Chefe do Poder Executivo que deverá adotar as providências para correção de atos e procedimentos, evitando possíveis desperdícios e ilegalidades na gestão dos setores e dos recursos da Prefeitura Municipal de Tomé Açu - PA.

Destaca-se quanto ao trabalho da Unidade de Controle Interno, que todas as atividades desenvolvidas e os apontamentos realizados aos setores e recomendações efetuadas, encontram-se arquivados e disponíveis para análise dos órgãos de Controle Externo

Pelos motivos e evidências acima descritos, concluo pela regularidade da Prestação de Contas do Balanço Geral de 2019. A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

Tomé Açu(PA), 01 de Abril de 2020

Márcia Maria Nascimento Dahas

Matrícula 063.690-6 – DAS 06

Controle Interno